

Portugal não assistiu «orgulhosamente só» ao fim do seu império colonial.

JOANA PEREIRA LEITE

*Narciso Raimundo, ARA — Acção Revolucionária Armada: a História Secreta do Braço Armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 409 páginas.

*Jaime Serra, As Explosões Que Abalaram o Fascismo*, Lisboa, Editorial Avante!, 1999, 143 páginas.

Ambos os autores destes livros foram membros do comando central de três elementos da Acção Revolucionária Armada (ARA), o braço armado do Partido Comunista Português (PCP). Se bem que o partido tenha decidido criar a ARA em 1964 nos moldes de uma organização armada semiautónoma, esta só entraria em actividade no início da década de 70, após muita preparação e repressão policial, considerável debate e alguma hesitação por parte da liderança do PCP. Em 1964, o partido enviou dois militantes — Raimundo Narciso e Rogério de Carvalho — a Moscovo e a Cuba para receberem treino militar. De todos os indivíduos inicialmente envolvidos, apenas dois

(Raimundo Narciso e António Pedro Ferreira) estavam ainda presentes na altura em que a ARA entrou em acção, em 1970.

Não há dúvidas de que Narciso escreveu o melhor dos dois livros, uma narrativa autobiográfica sobre a evolução da ARA. Em vez de nos apresentar a descrição analítica, histórica e sistemática de um académico, sustentada por meticolosas notações, Narciso oferece-nos uma memória apaixonada dos acontecimentos e emoções que rodearam o período da ARA. O autor ilustra com especial eficácia o compromisso poético de um indivíduo com a causa da ARA. Apresenta não apenas as motivações e princípios políticos que serviram de base à criação da organização e o modo como esta escolhia os seus alvos de ataque, como também as questões mais técnicas ligadas aos dispositivos de detonação e ao fabrico de bombas. Além disso, Narciso oferece-nos um retrato literário dos principais actores da ARA (por exemplo, Francisco Miguel Duarte, Ângelo Matos Mendes Veloso e Jaime dos Santos Serra), afastando-se da descrição acrítica e oficial da ARA e do PCP que Jaime Serra nos apresenta. Narciso, um crítico de longa data do comunismo ortodoxo e da rejeição da renovação por parte do partido, apresenta criticamente os defeitos e erros do PCP. Uma das principais falhas do livro é a tendência do autor para os saltos no tempo, tornando difícil ao leitor seguir cronologicamente a sua narrativa.

Narciso fornece-nos uma preciosa descrição da vida clandestina e conspi-

rativa sob a ditadura de Salazar/Caetano. São-nos apresentados os debates internos do PCP relativamente ao compromisso com a actividade armada, a qual era desdenhada pelo Partido Comunista da União Soviética. Se bem que oficialmente continuasse a defender a «luta de massas» como a única forma de derrubar a ditadura, o PCP ia acalentando a possibilidade da acção armada. A ARA foi criada em reacção ao namoro do partido com a «via pacífica» nos anos 50 e às divergências que agitavam o movimento comunista à escala mundial em resultado da cisão sino-soviética. Teoricamente, o partido continuava a acreditar que uma rebelião popular armada, com a classe trabalhadora na vanguarda, era essencial. A ARA pôs termo às suas actividades em Maio de 1973, altura em que o PCP decidiu que Portugal voltava a reunir as condições necessárias para uma revolução exclusivamente por via da luta de massas.

Aquilo que ambos os livros tornam evidente é que a ARA escolhia geralmente os seus alvos com vista a perturbar ou destruir os instrumentos e meios do autoritarismo e a capacidade das forças armadas para continuarem o esforço de guerra em África. Entre os alvos atingidos, contam-se: Cunene (1970), a Escola Técnica da PIDE, o Centro Cultural dos EUA, material de guerra no cais da Fundação, a Base Aérea de Tancos, a central de telefones e telecomunicações, o quartel da NATO (1971) e as torres da rede eléctrica primária (1971/1972). A ARA teve o cuidado de evitar mortes e danos colaterais por receio de que a

simpatia e apoio populares vacilassem se a organização passasse a ser vista como terrorista. De facto, a PIDE organizou uma campanha de relações públicas com vista a apresentar a ARA como terrorista, se bem que os documentos internos da PIDE/DGS reconhecessem que não se tratava desse tipo de organização.

Em 1999 a ortodoxa descrição da ARA assinada por Jaime Serra pode ter-se revestido de algum interesse, já que não dispúnhamos ainda de uma obra mais pormenorizada sobre o assunto. Contudo, com o aparecimento do livro de Narciso um ano depois, o de Serra tornou-se irrelevante, excepto na sua apresentação da história «oficial» da ARA e em tudo aquilo que o autor preferiu omitir. A obra de Narciso é uma oportuna fonte de informação adicional sobre o multifacetado PCP e a sua história.

CARLOS CUNHA

*António Teixeira Fernandes, Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no Pós-25 de Abril de 1974*, Santa Maria da Feira, ed. do autor, 2001, 450 páginas.

Esta é uma obra que se ocupa essencialmente do «caso do bispo do Porto», ou seja, do conflito aberto com o conhecimento público da car-